



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA

JULLYANA SOUZA SANTOS

TRABALHO FINAL DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

UTILIZAÇÃO DE MAQUETES COMO METODOLOGIA DE APRENDIZAGEM PARA
ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

MACEIÓ, AL (POLO TABULEIRO)

2023

JULLYANA SOUZA SANTOS

UTILIZAÇÃO DE MAQUETES COMO METODOLOGIA DE APRENDIZAGEM PARA
ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Trabalho Final de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, polo Tabuleiro, como requisito parcial para obtenção da formação de especialista em Docência em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Profº Dr. Diogo dos Santos Souza

MACEIÓ, AL (POLO TABULEIRO)

2023



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Maceió
Biblioteca Benevides Monte

371.9
S237u

Santos, Jullyana Souza.

Utilização de maquetes como metodologia de aprendizagem para estudantes com deficiência intelectual / Jullyana Souza Santos. - Maceió, 2023.
24 f.

Orientação: Prof. Dr. Diogo dos Santos Souza.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Alagoas, EAD/UAB, Polo Maceió. Maceió, 2023.

Arquivo no formato digital em PDF do trabalho acadêmico.

1. Maquete. 2. Inclusão. 3. Deficiência intelectual. 3. Segurança do trabalho.
I. Título.

JULLYANA SOUZA SANTOS

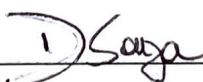
UTILIZAÇÃO DE MAQUETES COMO METODOLOGIA DE APRENDIZAGEM
PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Trabalho Final de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, polo Tabuleiro, como requisito parcial para obtenção da formação de especialista em Docência em Educação Profissional e Tecnológica.

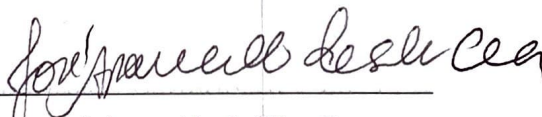
Orientador: Prof^o Dr. Diogo dos Santos Souza

Aprovado em: 9 / 10 / 2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Diogo dos Santos Souza. (Orientador)
Instituto Federal de Alagoas - Ifal



Prof. Me. José Aparecido da Silva Gama
Instituto Federal de Alagoas - Ifal



Prof.ª Dr. Fábio Francisco de Almeida Castilho
Instituto Federal de Alagoas - Ifal

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma proposta de utilização de maquetes como ferramenta metodológica que proporcione de forma tangível e visual a transmissão de conhecimentos aos/as estudantes com Deficiência Intelectual. A Lei nº 13.146/2015 reforça a importância da inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD's) em escolas regulares e estabelece que as Instituições de Ensino devem adotar medidas para garantir a acessibilidade e a participação plena dessas pessoas. Assim, estabelecemos como objetivo principal do presente trabalho desenvolver uma maquete como proposta de intervenção pedagógica que facilite o aprendizado e a compreensão de conceitos da Segurança do Trabalho por estudantes com Deficiência Intelectual. Nesse caminho, elencou-se os seguintes objetivos específicos: a) utilizar a estratégia de ensino baseada na experimentação; b) promover a acessibilidade e a inclusão educacional; c) estimular a exploração sensorial e cognitiva dos/as estudantes com deficiência intelectual. A Proposta de Intervenção será aplicada no Ifal – Campus Marechal Deodoro com estudantes da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA/EPT), Curso de Cozinha, eixo tecnológico: Turismo, Hospitalidade e Lazer, na disciplina de Gestão Organizacional e Segurança do Trabalho (GOST). Os procedimentos metodológicos foram divididos em quatro etapas, são elas: abordagem dos conceitos de Segurança do Trabalho, definição do tema e do objetivo, planejamento, construção da maquete, apresentação, diálogo e armazenamento. Esperamos que ao participar da proposta os/as estudantes com Deficiência Intelectual desenvolvam habilidades sociais e estimulem o pensamento lógico, a percepção espacial, a resolução de problemas e a capacidade de organização.

Palavras-chave: Maquete; Deficiência Intelectual; Segurança do Trabalho.

ABSTRACT

The present work presents a proposal for using models as a methodological tool that provides a tangible and visual way to transmit knowledge to students with Intellectual Disabilities. Law No. 13,146/2015 reinforces the importance of including people with disabilities in regular schools and establishes that Educational Institutions must adopt measures to guarantee accessibility and full participation of these people. Thus, we established the main objective of this work to develop a model as a proposal for a pedagogical intervention that facilitates the learning and understanding of Occupational Safety concepts by students with Intellectual Disabilities. Along this path, the following specific objectives were chosen: a) use a teaching strategy based on experimentation; b) promote educational accessibility and inclusion; c) stimulate the sensorial and cognitive exploration of students with intellectual disabilities. The Intervention Proposal will be applied at Ifal – Campus Marechal Deodoro with students from Youth and Adult Education Integrated with Professional and Technological Education (EJA/EPT), Cooking Course, technological axis: Tourism, Hospitality and Leisure, in the discipline of Organizational Management and Occupational Safety (GOST). The methodological procedures were divided into four stages, they are: approach to Occupational Safety concepts, definition of the theme and objective, planning, construction of the model, presentation, dialogue and storage. We hope that by participating in the proposal, students with Intellectual Disabilities will develop social skills and stimulate logical thinking, spatial perception, problem solving and organizational skills.

Keywords: Mallet; Intellectual Disability; Workplace safety.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1 INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.....	11
2.2 RECURSOS METODOLÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA.....	14
3 DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	15
3.1 PREPARAÇÃO DO AMBIENTE.....	16
3.2 ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES.....	17
3.3 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES.....	18
3.4 RECURSOS NECESSÁRIOS.....	19
3.5 FORMA DE AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE INTERVENÇÃO CONTIDAS NA PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	20
4 RESULTADOS ESPERADOS.....	21
REFERÊNCIAS.....	22

1 INTRODUÇÃO

A Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, tendo, no Capítulo II, “Dos Princípios Norteadores”, o artigo 11 dedicado à Educação Especial: “observância às necessidades específicas das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, gerando oportunidade de participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na sociedade” (BRASIL, 2021). Como se percebe, nesse documento norteador da referida modalidade de ensino, fala-se apenas da observância das Pessoas com Deficiência (PcD’s) e/ou necessidades específicas educacionais. Logo, ficou a cargo dos Institutos e Universidades Federais definirem os seus procedimentos de identificação, avaliação e acompanhamento do público-alvo da Educação Especial.

Nesse contexto, vale ressaltar que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (Ifal), em 2012, começou a instituir os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), um setor ligado ao Ensino que se dispõe a realizar acompanhamentos individualizados com estudantes com deficiência e/ou necessidades específicas. Uma das principais atuações do Núcleo é propor metodologias de ensino adaptadas às realidades de discentes atípicos, visando oferecer mais condições de permanência e êxito escolar. Sob essa égide, a Educação Especial consolida-se na Instituição por meio de uma perspectiva Inclusiva, pois, há algumas décadas, no Brasil, essa modalidade de ensino era apenas dirigida à matrícula dos/as estudantes, excluindo-os/as em práticas de integração, e não de inclusão. Por isso, a expressão “Educação Especial” ganhou o complemento “na perspectiva Inclusiva”, na intenção de se demarcar que é preciso ir além de uma matrícula para transformar os processos de ensino e aprendizagem em ambientes inclusivos.

O Napne desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão educacional, garantindo que estudantes com necessidades específicas tenham igualdade de condições e oportunidades no acesso ao ensino e na participação das atividades educacionais. A atuação do Núcleo é fundamental para construir um ambiente educacional mais diversificado e acessível, onde todos/as os/as discentes possam alcançar seu pleno potencial, atendendo todas as necessidades específicas inseridas no ambiente escolar, como a Deficiência Visual, Auditiva, Transtornos do Espectro Autista, a Deficiência Intelectual, dentre outras.

A Educação Especial na perspectiva Inclusiva no contexto da Educação Profissional é uma abordagem que visa garantir que todas as pessoas, independentemente das suas

habilidades, necessidades ou características individuais, tenham acesso à formação profissional de qualidade e oportunidades iguais para o desenvolvimento da sua autonomia, da sua construção social e das suas competências profissionais. Para refletirmos sobre uma Educação verdadeiramente Inclusiva, é necessário rompermos com os modelos conservadores de ensino que preservam um sistema educacional baseado no engessamento da prática pedagógica e na segregação dos/as estudantes de acordo com as suas necessidades específicas.

Nesse contexto, em 2015, foi instituída a Lei nº 13.146/2015, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, como forma de estabelecer os princípios e as diretrizes necessárias para promover a inclusão de pessoas com deficiência em diversos aspectos da vida, dentre eles a Educação. Apesar das conquistas alcançadas nas últimas décadas, os progressos dos direitos educacionais das Pessoas com Deficiência enfrentam dificuldades que envolvem questões complexas, que vão desde o investimento em infraestrutura até a formação de profissionais qualificados/as para atender as diversificadas necessidades dos/as estudantes.

A Lei nº 13.146/2015 reforça a importância da inclusão de pessoas com deficiência em escolas regulares e estabelece que as Instituições de Ensino devem adotar medidas para garantir a acessibilidade e a participação plena dessas pessoas, tendo como um dos principais desafios a urgência de adaptação de materiais e métodos pedagógicos para atender às necessidades individuais dos/as discentes com deficiência.

Na conjuntura da Educação Profissional, as propostas pedagógicas utilizadas durante o processo de ensino dos/as estudantes com Deficiência Intelectual devem ser construídas conforme as necessidades e potencialidades destes/as alunos/as, visando a sua adaptação ao mundo do trabalho, promovendo a acessibilidade e uma interação com o espaço satisfatória, tanto nas disciplinas propedêuticas como nas disciplinas técnicas do curso profissionalizante.

A disciplina de Segurança do Trabalho, objeto deste projeto de intervenção, visa transmitir aos/às alunos/as os conhecimentos básicos necessários para a identificação dos riscos ocupacionais e as possíveis medidas de controle para minimizar ou eliminar estes riscos, promovendo um ambiente de trabalho mais saudável e seguro para os profissionais que atuam no mundo do trabalho.

No caso específico da proposta de intervenção, na atividade profissional do Técnico em Cozinha, espera-se que a disciplina Segurança do Trabalho proporcione os/as estudantes PcD's mais autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida no ambiente laboral. Dessa forma, a disciplina é uma ferramenta importante para que o/a aluno/a conheça a sua realidade e pense criticamente sobre o meio em que vive.

Porém, o ensino da disciplina apresenta desafios, pois muitos conceitos de Segurança do Trabalho são abstratos e podem ser difíceis de serem internalizados por alguém que teve nenhuma ou pouca experiência no mundo do trabalho. Quando falamos das PcD's, a situação se reconfigura, pois muitas vezes esse grupo social não possui acesso às dinâmicas laborais e é excluído de trabalhos que envolvam a área de Segurança do Trabalho, sendo colocado em funções que exijam baixa formação técnica. Geralmente, as vagas destinadas às PcD's envolvem serviços braçais e/ou de assistência administrativa (como operar máquina de xerox ou formatação de textos).

Para superar essas e outras dificuldades ao longo do processo de ensino e aprendizagem, é importante que o/a professor/a adote abordagens de ensino ativas e facilitadoras para os/as estudantes, usando exemplos concretos e práticos para tornar os conceitos mais compreensíveis, como a utilização de maquetes, demonstrações práticas, simulações, estudos de casos e discussões em grupo.

Dentre as diversas possibilidades de abordagens a serem aplicadas em sala de aula, a maquete se apresenta como uma ferramenta versátil que pode ser usada em uma ampla variedade de contextos educacionais, melhorando a compreensão, a comunicação e o engajamento dos estudantes com objetos, espaços ou conceitos complexos.

A presente proposta de intervenção pedagógica tem como enfoque a utilização de maquetes como uma ferramenta metodológica que proporcione de forma tangível e visual a transmissão de conhecimentos aos/às estudantes com Deficiência Intelectual, visando a superação das suas limitações e o desenvolvimento das suas habilidades funcionais.

Estabelecemos, então, como objetivo principal do presente trabalho, desenvolver uma maquete como proposta de intervenção pedagógica que facilite o aprendizado e a compreensão de conceitos da Segurança do Trabalho por estudantes com Deficiência Intelectual. Nesse caminho, elencou-se os seguintes objetivos específicos: a) utilizar a estratégia de ensino baseada na experimentação; b) promover a acessibilidade e a inclusão educacional; c) estimular a exploração sensorial e cognitiva dos/as estudantes com deficiência intelectual.

Diante do exposto, o projeto de intervenção proposto busca contribuir para a inclusão efetiva de estudantes PcD's na esfera da educação profissional, especialmente nos Institutos Federais, ajudando a identificar as barreiras existentes no processo de aprendizagem e as formas de eliminá-las, promovendo igualdade de oportunidade para todos os indivíduos. As barreiras como acesso a cozinhas reais (pela não vivência laboral) podem ser rompidas, porque, com esta Proposta de Intervenção, o/a estudante pode compreender como é uma Cozinha Industrial. Também devemos considerar que algumas PcD's possuem a necessidade de uma menor

abstração para entender conceitos e a maquete pode retirar o conceito do espaço de trabalho mencionado do plano das ideias e trazer para a realidade da/o estudante com deficiência.

Destacamos que a Educação Especial na perspectiva Inclusiva na Educação Profissional não apenas beneficia os/as alunos/as com deficiência, mas também enriquece o ambiente de aprendizado para todos os estudantes, promovendo a compreensão, a diversidade e a igualdade de oportunidades. Isto é, ela desempenha um papel crucial na preparação de todos os indivíduos para uma sociedade inclusiva e produtiva.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

De acordo com a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96 (Brasil, 1996), a Educação é direito de todos/as e as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter atendimento educacional “preferencialmente na rede regular de ensino”, garantindo atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência (MENDES, 2006, p. 12). Nessa situação, as medidas para esse atendimento educacional especializado podem ser efetuadas com o auxílio de um Profissional de Apoio Escolar e/ou através de ações que visem tornar o processo de ensino e aprendizagem mais acessível para esses/as discentes, como, por exemplo, a utilização de recursos materiais com a finalidade de interagir com conhecimentos de outras maneiras.

Assim, ao se abordar a Inclusão e a Educação Profissional, discute-se dois direitos constitucionais fundamentais: o direito à educação e o direito ao trabalho. Nesse contexto, a inclusão é mais que uma inserção de espaço, torna-se uma missão social que visa à garantia de direitos, assegurando o exercício de cidadania (SILVA et al., 2020). Nesse plano, a presente proposta de intervenção visa contribuir, mais diretamente, para a formação profissional, tendo em vista que a maquete está vinculada a um componente curricular do Núcleo Integrador.

A Educação Especial na perspectiva Inclusiva “reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas” (ROPOLI *et al*, 2010, p. 13). Ao se pensar na Educação Inclusiva sob a ótica da esfera profissional, percebe-se que ela desempenha um papel crucial na promoção da igualdade de oportunidades e na preparação de indivíduos para uma participação plena na

sociedade e no mundo do trabalho.

A proposta da Educação Inclusiva implica o reconhecimento das diferenças e as adequadas condições para que essas não sejam obstáculo à formação; assim, falar mais pausadamente e utilizar mais recursos imagéticos pode ser importante para os que têm deficiência intelectual. “A educação inclusiva, assim, não deve desconhecer as diferenças, mas proporcionar recursos para o cumprimento dos objetivos escolares” (FILHO, MIRANDA, 2012, p. 41-42). Vale frisar também que a ideia da Educação Inclusiva vai além do acolhimento a discentes com deficiência, pois essa proposta reverbera em ações voltadas para questões étnico-raciais, de gênero e diversidade e de caráter social, de uma maneira mais geral, para a garantia não apenas do acesso, como também da permanência e do êxito escolar.

De acordo com Schmitt e Domingues (2016, p. 362), ao se deparar com a variedade de formas de aprendizagem, é “imprescindível atender às individualidades no contexto da sociedade”. Para os autores, em sala de aula existe uma variedade de tipos de aprendizagens e essa diversidade abrange as maneiras como os estudantes preferem perceber, reter, processar e organizar o conhecimento. Assim, ao adaptar o ensino para alunos com Deficiência Intelectual, é fundamental considerar suas necessidades individuais, estilos de aprendizado e preferências para criar estratégias de ensino que sejam mais eficazes e significativas para eles. Isso pode incluir a escolha de métodos de ensino explicativos ou demonstrativos e a criação de materiais sob medida que atendam às suas preferências de aprendizagem.

Segundo Ribeiro e Sena (2020, p.8) a maquete, sendo criada a partir de três dimensões, “permite diminuir a distância entre os elementos e estabelecer um melhor entendimento dos pontos, linhas, áreas, símbolos e signos, oferecendo às PcD’s tridimensionalidade e diferentes perspectivas”. Logo, permite-se que os/as discentes com deficiência consigam formular uma ideia concreta, no nosso caso, de uma Cozinha Industrial. As pessoas com Deficiência Intelectual, a depender do nível que se encontram, tendem a possuir uma certa dificuldade para imaginar objetos abstratos. Com a proposta da maquete, a materialidade do espaço de trabalho constituirá um referente físico para que os/as discentes possam imaginar esse espaço sem estar nele.

É possível entender, assim, que a maquete oferece uma representação mais objetiva do espaço, fornecendo uma interpretação didática da paisagem que abarca conceitos como perspectiva, orientação e localização. A utilização da maquete permite que estudantes com Deficiência Intelectual (DI) compreendam conceitos abstratos de forma mais concretas e palpáveis, interagindo de forma prática com o estudo, desenvolvendo habilidades motoras e de coordenação, estimulando o raciocínio lógico e a preparação para a vida cotidiana.

A Deficiência Intelectual, necessidade específica foco da nossa proposta, é definida pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), publicado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA), como uma condição caracterizada por um funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, frequentemente associado a limitações no comportamento adaptativo (NASCIMENTO, 2014).

A Associação Americana de Deficiências Intelectual e do Desenvolvimento (AADID) divide em cinco as dimensões de apoio para pessoas com Deficiência Intelectual, são elas: 1) Habilidades Intelectuais; 2) Comportamento Adaptativo – Habilidades Conceituais, Sociais e Práticas; 3) Saúde; 4) Participação; e, 5) Contexto.

Os/as estudantes com Deficiência Intelectual tem como uma de suas características a restrição das habilidades sociais. Assim, o papel do/a professor/a na promoção e no fortalecimento das interações sociais com os demais colegas e na participação das atividades escolares é fundamental para o êxito destes/as alunos/as. Durante o processo de ensino, o/a docente que trabalha com estudantes que possuem Deficiência Intelectual deve buscar a máxima concretude, evitando conceitos abstratos, promovendo uma transmissão de conteúdos objetiva e concreta.

Não se pode esquecer também que um dos objetivos da Educação Profissional é preparar o/a discente para o mercado de trabalho e, com a maquete, a PcD, mesmo que não possua a vivência laboral, poderá compreender espaços e conceitos através da maquete. Desse modo, concretizaremos de forma mais adequada o processo de ensino e aprendizagem. Quando a educação escolar não é segregadora, isto é, não separa os/as alunos/as por suas consideradas, mas não necessariamente reais, incapacidades de aprender ou de conviver, há ganhos na formação individual dos que têm e dos que não têm deficiência (AINSCOW, 1997).

Reconhecer que todos os/as educandos/as, independentemente de suas diferenças, têm o direito de receber uma educação de qualidade e de se desenvolverem plenamente como indivíduos é uma obrigação e um compromisso educacional. Quando as escolas adotam uma abordagem inclusiva, elas promovem a diversidade e a convivência harmoniosa entre estudantes de diferentes habilidades e necessidades, criando um ambiente enriquecedor no qual os/as alunos/as aprendem a valorizar as diferenças e a respeitar uns aos outros.

Além disso, a perspectiva da não segregação beneficia o desenvolvimento individual de todos/as que fazem parte da escola. A interação com colegas que têm diferentes capacidades e perspectivas enriquece o aprendizado, pois permite que os/as estudantes desenvolvam empatia, habilidades sociais e uma compreensão mais ampla do mundo em que vivem.

2.2 RECURSOS METODOLÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Estudantes com Deficiência Intelectual “geralmente possuem dificuldades de abstração e precisam de algumas adaptações para o seu processo de aprendizagem” (SILVA; BREITENBACH; ROSA, 2023, p. 15). Ao aprender um novo conceito, os/as estudante com Deficiência Intelectual possuem limitações para construir soluções para situações desconhecidas, dificuldades em compreender conceitos abstratos, como amor, justiça, liberdade, ou entender metáforas e figuras de linguagem.

Nessa perspectiva, a abstração pode ser entendida como a capacidade de compreender conceitos e ideias que não são imediatamente tangíveis ou concretos. Em outras palavras, deve-se envolver a capacidade de pensar de forma mais simbólica e conceitual. Como já citado anteriormente, alunos/as com Deficiência Intelectual muitas vezes enfrentam desafios nessa área, o que pode afetar seu desempenho acadêmico e seu processo de aprendizagem.

Assim, as adaptações no processo de ensino são essenciais para ajudar esses/as estudantes a superar suas dificuldades de abstração. Essas adaptações devem ser concebidas de forma a permitir que esses/as alunos/as atinjam seu potencial máximo e se desenvolvam de maneira integral, contribuindo para uma educação inclusiva e equitativa.

Segundo Silva, Breitenbach e Rosa (2023), embora a legislação brasileira sobre inclusão de estudantes com deficiência seja uma das mais completas e avançadas, os materiais disponíveis para um ensino inclusivo não são tão facilmente encontrados nas escolas, o que contribui para um baixo rendimento escolar desses/as estudantes. Além disso, o universo das pessoas com deficiência é bastante amplo. Por exemplo, a Deficiência Intelectual possui quatro classificações: a) leve, b) moderada, c) grave, d) profunda. Logo, as necessidades específicas que irão encaminhar as configurações metodológicas de ensino serão alteradas mediante ao contexto de cada denominação.

De acordo com Souza e Alcântara (2018), promover a inclusão não é unicamente admitir que o/a aluno/a com deficiência esteja matriculado/a no ensino comum, mas sim garantir que lhe sejam proporcionadas condições de aprendizagem. Assim, a acessibilidade pode ser definida como condição de ingresso e uso de determinado lugar. Na Legislação Brasileira da Educação, mais especificamente na Lei de Diretrizes e Bases de 1961, garantia-se apenas o acesso de “pessoas excepcionais”. Com o passar dos anos, notou-se que efetivar a matrícula de um/a estudante com deficiência era promover apenas a integração e não a inclusão. Assim, em

1996, com a revisão dessa Lei, partiu-se para previsões de atividades direcionadas para pensar em alternativas que visassem a permanência e o êxito do público-alvo da Educação Especial.

Ainda segundo as autoras, a Educação Profissional tem como objetivo a “inserção efetiva da pessoa com deficiência na sociedade por meio do trabalho, proporcionando-lhe um conjunto de habilidades para que possa atuar de forma autônoma”, isto é, tendo domínio básico das tecnologias e conhecimento sobre as possíveis atividades profissionais que poderá desenvolver (SOUZA; ALCÂNTARA, 2018, p. 34).

Destacamos que existem muitos desafios e questões a serem resolvidas na relação entre o mundo do trabalho e PcD's, pois, apesar dos avanços legais e regulatórios que visam promover a inclusão e a igualdade no local de trabalho, ainda existem obstáculos substanciais a serem superados, como estigmas, preconceitos, barreiras físicas de acessibilidade, desigualdade salarial, falta de informação da população e o cumprimento das legislações vigentes. Essa relação conflituosa só pode ser superada com esforços persistentes e comprometidos para promover a inclusão e a igualdade.

Assim, para que o objetivo da inserção efetiva das Pessoas com Deficiência (PcD's) na sociedade por meio do trabalho seja alcançado, a escola precisa repensar as suas práticas pedagógicas e buscar adaptações dos recursos educacionais utilizados no cotidiano escolar, pois é fundamental desenvolver ferramentas que permitam aos/às estudantes fazer análises com a finalidade de conhecer sua realidade e compreender os espaços em que vivem.

Para auxiliar nesse processo de construção do conhecimento e autonomia do/a estudante com Deficiência Intelectual, a escola pode utilizar diversos tipos de recursos didáticos, a saber: Tecnologia Assistiva, reforço visual, instrução multissensorial, ensino baseado em experiências, dentre outros. Através destes recursos o/a estudante com DI pode melhorar o acesso ao currículo, facilitando a leitura, a escrita, a pesquisa na internet, melhorar a comunicação, ajudar a ilustrar ideias complexas de uma forma mais compreensível, além de conectar o conhecimento teórico a situações práticas do seu cotidiano.

Nesta proposta de intervenção, como já mencionado, optamos pela utilização da maquete como ferramenta metodológica de ensino, onde abordaremos de forma mais detalhada nos tópicos que apresenta a proposta de intervenção.

3 DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A Proposta de Intervenção será aplicada no Ifal – Campus Marechal Deodoro com estudantes da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica

(EJA/EPT), Curso de Cozinha, eixo tecnológico: Turismo, Hospitalidade e Lazer, na disciplina de Gestão Organizacional e Segurança do Trabalho (GOST). A disciplina faz parte do Núcleo Integrador, com carga horária total de 40h, sendo ofertada no 4º módulo do curso.

A proposta consiste na elaboração de uma maquete de Segurança do Trabalho por discentes do curso técnico integrado em Cozinha¹. A atividade contemplará a construção de uma maquete que representará uma cozinha industrial, contendo os principais riscos ocupacionais presentes neste ambiente de trabalho e as suas devidas medidas de controle.

Participarão da proposta de construção da maquete os/as estudantes da turma do 4º módulo que não são Pessoas com Deficiência (PcD's) e os/as discentes do curso que possuam diagnóstico de Deficiência Intelectual acompanhados pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne). A integração destes/as estudantes na proposta se fundamenta na ideia de que a Educação Especial na perspectiva Inclusiva no contexto do Ensino Profissional não beneficia apenas os/as estudantes com deficiência, mas também enriquece o ambiente de aprendizado para todos os indivíduos, promovendo a compreensão, a diversidade e a equidade de oportunidades.

O processo de construção será dividido em três etapas e terá duração de três semanas. As atividades serão realizadas em sala de aula durante o período de realização da disciplina, conforme o horário já definido no calendário escolar do Campus. Cada aula terá duas horas de duração, sob orientação da professora da disciplina GOST.

O processo de construção da maquete proporcionará aos/às estudantes um conhecimento mais detalhado do espaço representado, possibilitando a exploração de formas, espaços, texturas e cores do local, mesmo a turma estando fisicamente distantes do local representado.

3.1 PREPARAÇÃO DO AMBIENTE

A princípio, será escolhido um espaço adequado para o desenvolvimento da atividade. Serão observados aspectos como tamanho ideal da sala de aula para acomodar as mesas de trabalho, ambiente com a livre circulação para facilitar as definições das estações de trabalho em grupo, boa iluminação, boa ventilação, etc. Os materiais serão previamente organizados e distribuídos aos grupos, onde terão que definir espaços para armazená-los, de modo que possam acessá-los facilmente.

Os materiais e as estações de trabalho serão organizados de forma segura para evitar

¹ O desenvolvimento dessa atividade possui um outro fator de relevância ao se situar no Curso EJA EPT de Cozinha do Campus Marechal Deodoro, tendo em vista que esse curso possui estudantes que são acompanhados/as pelo Napne e precisam de metodologias de ensino que atendam às suas especificidades de aprendizagem.

acidentes. Os/as participantes deverão ser incentivados a manterem uma área de trabalho limpa e ordenada durante toda a execução da atividade. Dessa forma, serão definidas algumas normas de comportamento enquanto os grupos realizam a etapa de construção, a saber: a necessidade de respeitar o espaço dos colegas e seguir procedimentos de segurança.

Serão disponibilizados no ambiente alguns materiais de pesquisa, como livros, revistas da área de Segurança do Trabalho, para que se possa coletar informações relevantes para a construção da maquete, caso seja necessário.

3.2 ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

Para o desenvolvimento da proposta de intervenção, a organização didática é um dos momentos mais importantes para garantir que a atividade seja realizada atingindo o objetivo proposto. Logo, inicialmente, foi definido o objetivo de aprendizado que se deseja alcançar com o desenvolvimento da maquete. Assim, foi possível identificar o que os/as alunos/as deverão aprender ou demonstrar por meio desta atividade.

O tema “Riscos Ocupacionais na Cozinha Industrial” foi escolhido por estar relacionado ao conteúdo curricular do Plano Pedagógico do Curso (PPC), apresentando relevância para a atividade profissional que será desenvolvida pelos/as estudantes ao final do curso. Serão consideradas ainda as configurações em que a construção da maquete se encaixará em outros aspectos do currículo, isto é, formas de integrar a disciplina de Segurança do Trabalho às demais disciplinas do curso, visando a aproximação dos conteúdos e a promoção do desenvolvimento integral dos/as estudantes com diagnóstico de Deficiência Intelectual.

Ainda neste momento de organização, foram definidos os critérios de avaliação que indicarão como os/as estudantes serão avaliados/as e a escolha dos materiais e recursos necessários para a construção das maquetes. Os materiais foram escolhidos de acordo com a necessidade de construção do projeto, observando o baixo custo, o fácil manuseio e a reutilização. Os materiais serão cedidos pelo campus Marechal Deodoro.

Será criado ainda um material digital com instruções detalhadas sobre a atividade, incluindo o objetivo, o prazo, os materiais a serem usados e as etapas a serem seguidas, na intenção de que os/as participantes entendam claramente o que é esperado deles/as durante o processo de construção da maquete. Almeja-se também que esse material sirva para o desenvolvimento de maquetes futuras, contribuindo para a formação profissional dos/as futuros/as Técnicos/as em Cozinha. É importante destacar que os/as estudantes terão, durante

todo o desenvolvimento da atividade, o apoio individual ou em grupo, caso seja necessário, haverá uma orientação adicional.

3.3 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES.

As atividades serão desenvolvidas da seguinte forma:

Etapa 1 – Conceitos de Segurança do Trabalho: esta etapa iniciará no primeiro encontro com a turma, no qual serão abordados os conceitos de Segurança do Trabalho necessários para o desenvolvimento da atividade, como: a tipificação dos riscos ocupacionais (destacando os riscos presentes no ambiente da cozinha), definição das medidas de controle, ato inseguro, condição insegura e gerenciamento de riscos.

Etapa 2 – Definição do tema e do objetivo: nessa etapa, ainda no primeiro encontro, será apresentada a proposta da construção da maquete para os/as estudantes, onde será explicitado o objetivo da maquete e o tema que irão abordar. A partir daí, será solicitado que os/as discentes realizem pesquisas para coletar informações sobre o tema escolhido. Dessa forma, eles/as poderão reunir dados, imagens e fontes que os ajudem a compreender e representar com precisão os riscos presentes na cozinha industrial, além da possibilidade de escolha dos materiais que serão utilizados.

Etapa 3 – Planejamento (esboço): esta etapa acontecerá em nosso segundo encontro, momento em que a turma irá iniciar a construção da maquete. Antes de começarem a criação da estrutura, é necessário que os/as alunos/as façam um planejamento e desenvolvam um esboço do que será representado. Tal procedimento é importante para facilitar o desenvolvimento dos/as alunos/as durante a atividade, visando o melhor domínio dos materiais que serão utilizados, definição correta das escalas, escolha do mobiliário que será feito em miniatura (caso seja necessário), etc.

Etapa 4 – Construção da maquete: Inicialmente, os/as participantes serão divididos em 3 grupos de trabalho. Cada grupo ficará responsável por executar uma atividade específica da construção da maquete, são elas: *1 conferência e corte das peças, 2 colagem e 3 acabamento.* Os estudantes deverão construir a maquete de acordo com o plano elaborado por eles na etapa anterior, observando todos os elementos necessários para representar o tema de forma precisa e criativa. Assim, será construída uma maquete de uma cozinha industrial, com os utensílios e

eletrodomésticos que geralmente são utilizados na cozinha, como panelas, talheres, jogo de facas, tábuas para corte, fogão, geladeira, dentre outros. Serão utilizados bonecos em miniatura para representar os/as trabalhadores/as, além da construção de elementos de representação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's) que devem ser utilizados nas atividades do Técnico em Cozinha, de acordo com a Norma Regulamentadora 6 (NR6). A partir dessa construção, será possível a identificação dos riscos ocupacionais (físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos) e das medidas de controle que devem ser adotadas para minimizar estes riscos. Na fase do acabamento, os/as participantes poderão incluir algum texto explicativo, cores, texturas ou outros elementos relevantes que proporcionem a construção de uma maquete visualmente atrativa. Esta etapa da atividade será executada no segundo e no terceiro encontro.

Etapa 5 – Apresentação: No quarto encontro, após a conclusão da maquete, os/as alunos/as deverão preparar uma apresentação. Aqui, o tema será explicado, tal qual a narrativa de como a maquete representa o assunto abordado em sala e os aprendizados adquiridos durante o processo de construção da maquete. A apresentação será realizada no auditório da escola para os/as demais discentes e professores/as do curso Técnico em Cozinha.

Etapa 6 – Diálogo: Depois da apresentação, os/as alunos/as deverão retornar para a sala de aula. Nessa etapa, será proposto um momento de diálogo para que os/as estudantes possam refletir sobre o que aprenderam no processo de construção da maquete, participando de discussões em grupo para compartilhar suas experiências e conhecimentos adquiridos.

Etapa 7 – Armazenamento e reutilização: Nessa última etapa, a maquete será armazenada para aplicação futura. Dessa maneira, a maquete poderá ser utilizada em sala de aula ou em eventos escolares para facilitar a compreensão dos conteúdos relacionados à Segurança do Trabalho na cozinha por pessoas com Deficiência Intelectual.

3.4 RECURSOS NECESSÁRIOS

Serão utilizados os seguintes *equipamentos e materiais*:

- Sala de aula com projetor multimídia para apresentação de slides e mediação de aulas expositivas;
- Caixa de som para exibição de vídeos educativos;

- Quadro branco;
- Pinceis;
- Apagador;
- Instrumentos de desenho;
- Tesoura;
- Estilete;
- Régua;
- Fita adesiva;
- Placa de Isopor de 3mm de espessura;
- Cola;
- EVA/Isopor;
- Palitos de Sorvete;
- Garrafas Pet;
- Bonecos em miniatura;
- Auditório para apresentação da maquete.

3.5 FORMA DE AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE INTERVENÇÃO CONTIDAS NA PROPOSTA PEDAGÓGICA.

Os/as estudantes serão avaliados/as de forma contínua por meio da participação e frequência durante a execução das atividades nas aulas. No processo de construção da maquete, serão observadas a participação, a criatividade e a atuação dos/as participantes da intervenção. Será analisado ainda como os envolvidos/as nessa ação conseguem associar os conteúdos conceituais abordados nas aulas expositivas com a experiência da representação em menor escala do espaço estudado (cozinha industrial).

Em nosso último encontro, após a finalização da maquete, será realizado um momento de diálogo com os/as participantes como forma de promover a reflexão e a análise da percepção sobre as atividades desenvolvidas, visando a identificação dos impactos obtidos com a intervenção realizada.

4 RESULTADOS ESPERADOS

Esperamos, com a aplicação da Proposta de Intervenção, o envolvimento dos/as alunos com Deficiência Intelectual na construção e exploração do modelo da maquete, promovendo a aprendizagem participativa e a retenção do conhecimento. Presume-se, ainda, que, ao participar da proposta, estes/as estudantes estimulem o pensamento lógico, a percepção espacial, a resolução de problemas e a capacidade de organização.

Ao realizarem a Proposta de Intervenção em grupo, almeja-se que os/as estudantes PcD's desenvolvam habilidades sociais, como colaboração e compartilhamento de ideias, a partir do trabalho em equipe, além da contribuição para a formação dos/as professores/as na promoção de estratégias de ensino inclusivas e adaptadas às necessidades individuais dos/as educandos/as.

Por fim, desejamos fomentar a diversidade em sala de aula por meio da inclusão efetiva das PcD's ao propor outros caminhos de aprendizagem. Muitas vezes, coloca-se a importância de práticas inclusivas para a PcD, mas se esquece que, no mercado de trabalho e na vida, de forma geral, as pessoas lidam com as mais variadas formas de diversidade. Promover esses ambientes em sala de aula faz com que a sociedade aprenda, na prática, como realizar inclusão e como trabalhar com as diversidades.

REFERÊNCIAS

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

AINSCOW, M. **Educação para todos: torná-la uma realidade** In: AINSCOW, M.; PORTER, G.; WANG, M. Caminhos para as escolas inclusivas. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 2010.

MACHADO, Danielle H. A.; CAZINI, Janaína. **Inclusão e Educação.** 1. ed. [S. l.]: Atena, 2019. 277 p. v. 1. ISBN 978-85-7247-029-2.

MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Ministério da Educação - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2009.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, v.11, n.33, p. 387-405, São Paulo, se./dez. 2006.

MIRANDA, Theresinha Guimarães & FILHO, Teófilo Alves Galvão. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Salvador: Edufba, 2012. 491p.

NASCIMENTO, Maria Inês. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais:**

DSM-5 / American Psychiatric Association – 5. ed. – Porto Alegre : Artmed, 2014

RIBEIRO, Diego Alves; SENA, Carla Cristina Reinaldo Gimenes de. **Uso de tecnologia em maquetes interativas como recurso inclusivo**. *Signos Geográficos*, [s. l.], v. 2, 2020.

ROPOLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos; MACHADO, Rosângela. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. A escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2010. 51p.

SCHMITT, Camila da Silva; DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza. **Estilos de aprendizagem: um estudo comparativo. Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), [S.L.], v. 21, n. 2, p. 361-386, jul. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772016000200004>.

SILVA, Ana Paula S. da; BREITENBACH, Fabiane Vanessa; ROSA, Monique Zanon. **Deficiência intelectual na educação profissional e superior: alternativas e adaptações pedagógicas**. [S. l.], 25 set. 2023. *E-book*.

SILVA, Fernanda Souza da *et al.* Educação profissional e a inclusão de pessoas com deficiência: um mapeamento sistemático. **Revista brasileira da educação profissional e tecnológica**, [s. l.], v. 1, p. 1-19, 2020. ISSN - 2447-1801. DOI: <https://doi.org/10.15628/rbept.2020.8199>. Acessado em 27 set. 2023.

SONZA, Andrea Poletto; SALTON, Bruna Poletto; AGNOL, Anderson Dall. **Reflexões sobre o Currículo Inclusivo**. 1. ed. [S. l.: s. n.], 2018. 179 p. v. 1. ISBN 978-85-63017-01-7.

SOUZA, Ana Júlia Silva de. Acesso à informação secretarias inclusão. **Pessoas com Deficiência têm acesso a educação profissional**. Ministério da Educação, [S. l.], p. 1-1, 12

jul. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/209-564834057/15662-pessoas-com-deficiencia-tem-acesso-a-educacao-profissional>. Acesso em: 27 set. 2023.

SOUZA, Vera Lúcia Pereira de; ALCÂNTARA, Loraine. **Educação profissional para alunos com deficiência intelectual significativa**. Dia a dia da educação, [s. l.], 2018.